

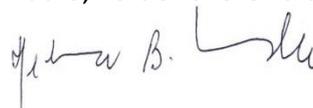
Manifestação da SBPC em relação às ações para a recuperação da tragédia de Mariana

O rompimento da barragem de propriedade da Mineradora Samarco, em Mariana (MG), em novembro de 2015, resultou na maior tragédia ambiental do país. São enormes os prejuízos socioambientais dela decorrentes, pelo impacto na biodiversidade de toda a região e por afetar profundamente as condições de vida de mais de um milhão de pessoas na bacia do Rio Doce, em particular os moradores de Bento Rodrigues.

Diante do manifesto de diversas entidades acadêmicas, associações profissionais e movimentos sociais em apoio às vítimas da tragédia, pela qual a empresa é a principal responsável, a SBPC solidariza-se com a população atingida e manifesta sua concordância com as propostas ali expressas sobre as condições que deve atender o projeto de reconstrução de uma “nova Bento Rodrigues”. Assim, a SBPC se associa a elas nas exigências conjuntas às autoridades responsáveis, nos diversos níveis de poder, sobre os seguintes pontos:

1. A participação dos moradores deve estar totalmente assegurada na definição da localização do novo assentamento e na elaboração dos projetos urbanísticos e arquitetônicos. A reconstrução da nova localidade de Bento Rodrigues deve possibilitar à população condições melhores e mais seguras que as originais e se integrar com uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico e social sustentável em toda a região afetada;
2. Como o derramamento dos rejeitos comprometeu o abastecimento de água de localidades situadas a centenas de quilômetros de distância da barragem e provocou enorme perda de biodiversidade no Rio Doce, afetando a economia e modos de vida de populações ribeirinhas e do litoral, é necessário que se dedique atenção especial a todos os moradores de áreas atingidas ao longo dos cursos de água impactados;
3. As obras e as ações sócio ambientais para a recuperação dos impactos da tragédia devem ser custeadas pelas empresas responsáveis por ela, mas a gestão de todas as medidas deve ser feita pelo Estado, envolvendo os governos federal e dos estados e municípios atingidos. A transparência e o controle social dos recursos utilizados são imprescindíveis nesse processo. As decisões devem levar em consideração os direitos e a opinião das populações afetadas.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2016.



HELENA B. NADER
Presidente